

AVALIAÇÃO DA PRESENÇA INSTITUCIONAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE IRRIGAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Zenaide Rodrigues Ferreira

Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Economia Agrícola – ne2agro (Ipea/Ministério do Meio Ambiente – Mapa) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. *E-mail:* <zenaide.r.ferreira@gmail.com>.

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho

Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea; diretor de programa da Secretaria Executiva do Mapa; e professor do Programa de Pós-graduação em Agronegócio (Propaga) da Universidade de Brasília (UnB) e de economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV). *E-mail:* <jose.vieira@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2589>

A irrigação pública no Brasil tem o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico em regiões economicamente desfavorecidas e com vocação agrícola. Na região Nordeste, que compreende 90% dos projetos públicos de irrigação (PPIs) no Brasil, a fruticultura tem papel de destaque na produção desses projetos. Tal atividade corresponde a uma importante parcela da produção nacional e constitui-se como ferramenta essencial de distribuição de renda, especialmente considerando pequenos e médios produtores participantes desses projetos.

Nos PPIs tem-se uma maior diversificação produtiva. A fruticultura, mesmo com uma escala de menor porte quando comparada a outros cultivos, tais como cana-de-açúcar e arroz, é uma das mais importantes atividades agrícolas praticadas nos polos de irrigação do Nordeste. Ela oferece vantagens competitivas em relação aos fruticultores de outras áreas do país nos mais diferentes aspectos, como o uso de insumos altamente tecnológicos e o clima quente e seco, o que favorece a produção de ciclos sucessivos dos cultivares em qualquer época do ano e acima da média nacional.

Assim, o planejamento público com o desenvolvimento de perímetros irrigados configura-se como importante vertente de crescimento das atividades irrigadas no Brasil, especialmente em regiões onde as camadas mais vulneráveis no setor agrícola necessitam de suporte adequado de políticas públicas para manutenção de suas atividades e rendas.

Ampliar o aproveitamento de áreas irrigáveis ociosas, respeitando a disponibilidade hídrica regional, pode criar oportunidades de desenvolvimento local, notadamente em uma região historicamente vulnerável, tanto em recursos naturais quanto em condições econômicas de baixo emprego e renda. As áreas irrigadas

na região do semiárido traduzem-se em esperança para milhares de pessoas, criando empregos remunerados e consolidando a prática de atividades agrícolas fundamentais para o desenvolvimento da região.

Nesse sentido, busca-se avaliar o impacto da presença institucional de projetos públicos de irrigação no valor da produção da fruticultura no âmbito dos principais polos de irrigação da atividade frutícola, localizados no semiárido do Ceará, de Pernambuco, da Bahia e de Minas Gerais.

A metodologia utilizada foi a de avaliação de política por meio método de *propensity score matching* (PSM), combinado com pesos de entropia, a fim de tornar a amostra mais homogênea. Os dados utilizados são do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017). Os resultados mostraram efeito positivo e estatisticamente significativo da presença institucional de perímetros irrigados sobre o valor produzido da fruticultura na região estudada. Em uma avaliação de custo-benefício via *educated guess*, calculou-se que, para cada unidade de real investida pelo governo na política pública de irrigação na região Nordeste, houve um retorno de R\$ 12,88, o que justifica o gasto público. Existem em torno de 150 mil hectares de áreas com infraestrutura construída e que poderiam ser exploradas. Logo, é necessário aproveitar essas áreas irrigáveis ociosas, de modo a criar oportunidades de desenvolvimento local com baixo investimento público de curto prazo, notadamente em regiões pobres e necessitadas de apoio público.

REFERÊNCIA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.